



CENTRO UNIVERSITÁRIO
Fundação Santo André

EDITAL 008/2023 – ESTÁGIO COBRANÇA JURÍDICA

CADERNO DE QUESTÕES

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

NÃO ABRA ESTE CADERNO SEM AUTORIZAÇÃO DO FISCAL

- Esta prova contém 20 questões de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas por questão, das quais apenas 1 (uma) estará correta.
- Não rasure e nem amasse a folha de prova. Não use corretivo.
- Não será permitido, durante a realização das provas, o uso de equipamentos mecânicos, eletrônicos ou ópticos que permitam o armazenamento ou a comunicação de dados, informações ou similares.
- Durante a realização das provas, não será permitido o empréstimo de qualquer material.
- Iniciada a prova, o candidato somente poderá ausentar-se acompanhado de um fiscal.
- É expressamente proibida, durante a realização da prova, a consulta de qualquer material: livros, códigos, legislação em geral, régua de cálculo e outros.
- Será desclassificado do Concurso o candidato que proceder com improbidade, indisciplina, falta de decoro ou que adotar comportamento incorreto ou descortês para com quaisquer dos fiscais ou membros da Comissão de Concurso, seus auxiliares ou autoridades presentes.

Duração total: 2h00 horas

PERMANÊNCIA MÍNIMA NA SALA: 30 Minutos.

Nome:	CPF:
Assinatura:	

QUESTÃO 01

Considere as afirmações abaixo:

I- Os estrangeiros são proibidos de exercício de cargos, empregos e funções públicas da Administração Indireta.

II- O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

III- O princípio da Legalidade tem concepções diversas no Direito Público e no Privado. Pelo princípio da legalidade o empregado público somente pode realizar os atos determinados em lei enquanto o mesmo princípio nas relações particulares significa que podem ser realizados quaisquer atos desde que não contrários a lei.

IV- A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, sendo proibidas as nomeações para cargo em comissão em qualquer espécie.

V- O empregado público deve reparar todos os prejuízos causados a terceiros no exercício de sua função.

Quais afirmativas estão corretas:

a) I e III

b) II e IV

c) II e III

d) I e V

QUESTÃO 02

Assinale a alternativa correta, com base no que preceitua a Consolidação das Leis do Trabalho sobre a Carteira de Trabalho e Previdência Social:

- a) A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, exceto de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada
- b) A Carteira de Trabalho e Previdência Social será emitida pela Justiça do Trabalho ou, mediante convênio, pelos órgãos federais, estaduais e municipais da administração direta ou indireta
- c) Para obtenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social o interessado comparecerá pessoalmente ao órgão emitente, ou será representado pelo empregador, onde será identificado e prestará as declarações necessárias
- d) É permitido ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social

QUESTÃO 03

Não constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

- a) prática constante de jogos de azar
- b) incontinência de conduta ou mau procedimento
- c) abandono de emprego
- d) condenação criminal do empregado antes de transitada em julgado

QUESTÃO 04

Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

- a)** as ações oriundas da relação de trabalho, exceto os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
- b)** as ações que envolvam exercício do direito de greve
- c)** as ações sobre representação sindical, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores, exceto entre sindicatos entre si
- d)** as ações de acidente de trabalho com objeto de obtenção de benefício previdenciário

QUESTÃO 05

São alguns dos princípios constitucionais que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais:

- a)** independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos e intervenção
- b)** igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo
- c)** cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; igualdade entre os Estados, concessão de asilo político e intervenção em tempos de guerra
- d)** não-intervenção; igualdade entre os Estados democráticos e não comunistas; defesa da paz e solução pacífica dos conflitos

QUESTÃO 06

São brasileiros natos:

- a)** os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, independente que estes estejam a serviço de seu país
- b)** os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, pela regra *ius sanguinis*
- c)** os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados na República Federativa do Brasil
- d)** os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa incorreta com base no Código Civil de 2002:

- a)** Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil
- b)** A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro
- c)** São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de dezesseis anos
- d)** São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos

QUESTÃO 08

Assinale a alternativa correta com base no Código Civil de 2002, com relação aos direitos da personalidade:

- a)** Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, exceto as limitações legais
- b)** Não é válida a disposição, mesmo que gratuita, do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte
- c)** Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica
- d)** Em qualquer hipótese é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes

QUESTÃO 09

É pessoa jurídica de direito público interno com base Código Civil de 2002:

- a)** as associações
- b)** as sociedades
- c)** as fundações
- d)** a União

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa incorreta com base nas disposições do Código de Defesa do Consumidor:

- a)** Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final
- b)** Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços
- c)** Produto é qualquer bem material ou imaterial, exceto os imóveis
- d)** Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista

QUESTÃO 11

Com base nos direitos básicos do consumidor, assinale a alternativa correta:

- a)** a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos
- b)** a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, exceto preço, bem como sobre os riscos que apresentem
- c)** a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, sem a possibilidade de negativa pelo juiz
- d)** a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos, exceto os supervenientes, que as tornem excessivamente onerosas

QUESTÃO 12

O artigo 2º do Código de Processo Civil determina: “*Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais*”. Ele refere-se ao Princípio:

- a) do Contraditório e ampla Defesa
- b) da Paridade Processual
- c) do Impulso Oficial
- d) da Inércia da Jurisdição

QUESTÃO 13

Não é considerado dever das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo, com base no que determina o Código de Processo Civil:

- a) expor os fatos em juízo conforme a verdade
- b) proceder com lealdade e boa-fé
- c) cumprir com exatidão os provimentos mandamentais
- d) criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final

QUESTÃO 14

Com base no Código de Processo Civil, compete ao Ministério Público intervir, exceto:

- a) nas causas em que há interesses de incapazes
- b) nas causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade
- c) em qualquer causa, mesmo que haja interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte
- d) nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da par

QUESTÃO 15

Com base no Código de Processo Civil vigente é competente o foro:

- a) da residência da mulher, para a ação de separação dos cônjuges e a conversão desta em divórcio, e para a anulação de casamento
- b) do domicílio do réu para a ação em que se pedem alimentos
- c) do domicílio do devedor para a ação em que se lhe exigir o cumprimento de obrigação
- d) do domicílio do réu para a ação de reparação do dano

QUESTÃO 16

Maria e João firmaram contrato de compra e venda de imóvel na planta com a Construtora B. O contrato somente previa que no caso de atraso da entrega da obra ela arcaria com multa de 1% do valor do contrato por mês de atraso. A obra atrasou e devido a isso Maria e João tiveram que adiar o casamento e ainda pagar as taxas e multas de adiamento do casamento para o buffet, músico e decoração. João e Maria podem:

- a) Ingressar com Ação de Execução em face da Construtora com relação a obrigação de pagar as taxas e multas de adiamento do casamento para o buffet, músico e decoração
- b) Ingressar com Ação de Conhecimento em face da Construtora com relação a obrigação de pagar a multa de 1% do valor do contrato por mês de atraso e Ação de Execução com relação da obrigação de pagar as taxas e multas de adiamento do casamento para o buffet, músico e decoração
- c) Ingressar com Ação de Execução em face da Construtora com relação a obrigação de pagar a multa de 1% do valor do contrato por mês de atraso e Ação de Conhecimento com relação da obrigação de pagar as taxas e multas de adiamento do casamento para o buffet, músico e decoração
- d) Ingressar com Liquidação de Sentença pois as obrigações não são certas e liquidas

QUESTÃO 17

Maria foi atropelada por Pedro e teve que realizar cirurgia no pé esquerdo. Ela ingressou com uma ação judicial para ressarcimento de todos os danos causados até a sua total reabilitação médica. A sentença condenou ao ressarcimento de todos os danos causados por Pedro em face do atropelamento. Após a sentença Maria teve que realizar uma nova cirurgia no pé direito. E mesmo após o trânsito em julgado da sentença Pedro ainda não satisfaz a obrigação pela qual foi condenado. Você, como advogado de Maria o que faria para a satisfação da obrigação devida por Pedro a Maria?

- a)** Ingressaria com uma Ação de Execução para Pagamento de todos os danos causados com relação às cirurgias, inclusive do pé direito pois a obrigação é certa líquida e exigível
- b)** Ingressaria com a Liquidação de Sentença por Arbitramento anteriormente a Ação de Execução com relação às cirurgias, inclusive do pé direito pois a obrigação não é certa líquida e exigível
- c)** Ingressaria com a Liquidação de Sentença por Procedimento Comum anteriormente a Ação de Execução com relação a cirurgia do pé direito
- d)** Ingressaria com Ação de Conhecimento para Ressarcimento de todos os danos Causados

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa que completa a tabela corretamente.

	Título Executivo	Intimação/Citação	Peça Inicial
Fase de Cumprimento de sentença			
Ação de Execução			

- a) Judicial- Intimação- Requerimento
Extrajudicial-Citação- Peça Inicial
- b) Extrajudicial-Citação- Peça Inicial
Judicial- Intimação- Requerimento
- c) Extrajudicial-Intimação- Peça Inicial
Judicial- Citação- Requerimento
- d) Judicial- Citação- Requerimento
Extrajudicial-Intimação - Peça Inicial

QUESTÃO 19

Pedro é devedor de R\$ 50 000,00 num processo de execução e possui 5 casas para serem penhoradas. Ele oferece para penhora a casa de menor valor. No entanto, o devedor não aceita alegando que essa casa não gera interesse no mercado imobiliário e que a arrematação será muito demorada. O que o juiz deve decidir?

- a) Não Penhorar a Casa de Menor Valor com base no Princípio da Menor Onerosidade
- b) Penhora da Casa de Maior Valor com base no Princípio da Menor Onerosidade
- c) Não Penhorar a Casa de Menor Valor com base no Princípio da Efetividade da Execução
- d) Penhora de outros bens que não sejam as casas

QUESTÃO 20

Com base no estudo de caso assinale a alternativa correta com relação ao próximo ato processual a ser realizado pelo advogado do Autor.

Situação Hipotética:

Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com pedidos de indenização por danos materiais e morais que **COMPUTADOR LTDA.** Move contra **CELULAR S/A**, julgada procedente pela sentença. Foi declarada a inexistência de débitos, condenada a ré ao pagamento de indenização por danos morais à autora no valor de R\$ 10.000,00, com juros de mora e correção monetária incidente a partir da prolação da sentença. A ré foi condenada ainda ao pagamento de danos materiais (multa contratual, devolução em dobro dos valores cobrados indevidamente e lucros cessantes). Houve trânsito em julgado da decisão e o processo retornou a vara de origem..

Termos da decisão: *"Ante o exposto julgo procedente a ação para declarar a inexistência do débito, condenar a acionada no pagamento de R\$10.000,00, a título de danos morais, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros moratórios a contar da prolação da sentença, bem como no ressarcimento de danos materiais, ou seja, devolução em dobro dos valores cobrados e multa, ressarcimento de lucros cessantes, consistente no lucro líquido da autora. Observo que devida a reparação por lucros cessantes os lucros líquidos a serem apurados em fase de liquidação correspondente a serviço agendado no valor de R\$29.648,00, não realizado, ante restrição junto ao SERASA em razão de cobrança da ré, a qual impossibilitou a compra a prazo de equipamentos junto aos fornecedores."*

- a) Ação de Execução de todas as Obrigações determinadas na sentença
- b) Ação de Execução da Obrigação dos Danos Materiais e Morais e Fase de Liquidação de Sentença pelo procedimento Comum da Obrigação dos Lucros Cessantes

c) Ação de Execução da Obrigação dos Danos Materiais e Morais e Fase de Liquidação de Sentença pelo procedimento por Arbitramento da Obrigação dos Lucros Cessantes

d) Primeiramente Fase de Liquidação de Sentença por Arbitramento para posteriormente Ação de Execução de todas as obrigações por ser impossível realizar duas Execuções com base numa única sentença

GABARITO OFICIAL EDITAL 008/2023
CONCURSO PÚBLICO – ESTÁGIO COBRANÇA JURÍDICA

Marque com um X as alternativas corretas, será válida somente uma alternativa por questão:

01)	(A)	(B)	(C)	(D)
02)	(A)	(B)	(C)	(D)
03)	(A)	(B)	(C)	(D)
04)	(A)	(B)	(C)	(D)
05)	(A)	(B)	(C)	(D)
06)	(A)	(B)	(C)	(D)
07)	(A)	(B)	(C)	(D)
08)	(A)	(B)	(C)	(D)
09)	(A)	(B)	(C)	(D)
10)	(A)	(B)	(C)	(D)
11)	(A)	(B)	(C)	(D)
12)	(A)	(B)	(C)	(D)
13)	(A)	(B)	(C)	(D)
14)	(A)	(B)	(C)	(D)
15)	(A)	(B)	(C)	(D)
16)	(A)	(B)	(C)	(D)
17)	(A)	(B)	(C)	(D)
18)	(A)	(B)	(C)	(D)
19)	(A)	(B)	(C)	(D)
20)	(A)	(B)	(C)	(D)

Nome:

CPF:

Assinatura:

GABARITO EDITAL 008/2023

VIA DO CANDIDATO

CONCURSO PÚBLICO – ESTÁGIO COBRANÇA JURÍDICA

01)	(A)	(B)	(C)	(D)
02)	(A)	(B)	(C)	(D)
03)	(A)	(B)	(C)	(D)
04)	(A)	(B)	(C)	(D)
05)	(A)	(B)	(C)	(D)
06)	(A)	(B)	(C)	(D)
07)	(A)	(B)	(C)	(D)
08)	(A)	(B)	(C)	(D)
09)	(A)	(B)	(C)	(D)
10)	(A)	(B)	(C)	(D)
11)	(A)	(B)	(C)	(D)
12)	(A)	(B)	(C)	(D)
13)	(A)	(B)	(C)	(D)
14)	(A)	(B)	(C)	(D)
15)	(A)	(B)	(C)	(D)
16)	(A)	(B)	(C)	(D)
17)	(A)	(B)	(C)	(D)
18)	(A)	(B)	(C)	(D)
19)	(A)	(B)	(C)	(D)
20)	(A)	(B)	(C)	(D)

